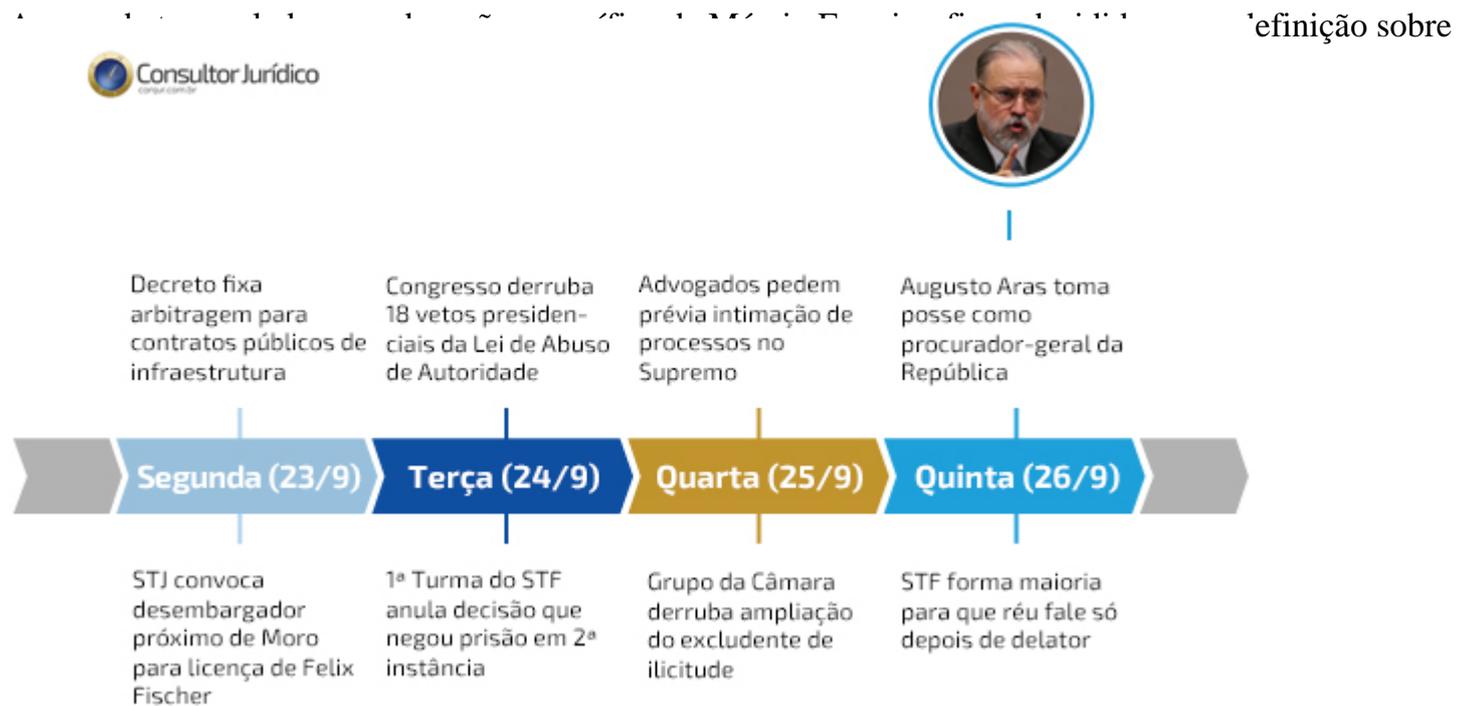


Julgamento sobre alegações finais de delatores foi destaque

O plenário do Supremo Tribunal Federal [formou maioria](#) para fixar o entendimento de que réus delatados têm o direito de falar por último nos processos em que também há réus delatores.

O julgamento, contudo, foi suspenso pelo presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, que disse que vai apresentar um voto que contém regras para delimitar a aplicação da decisão do Plenário.



Novo PGR

Um dia depois de ser [sabatinado](#) e ter seu nome [aprovado](#) no Congresso, Augusto Aras [tomou posse](#) como procurador-geral da República nesta quinta-feira (26/9). "Vou, com independência e autonomia, lutar pelas garantias de liberdades individuais e princípios da Constituição Federal e fazer com que possam ser velados por cada membro MP. O MP tem o sagrado dever de velar por todos os valores", disse.

Empossado, Aras [começou a definir](#) sua equipe de trabalho na PGR. Para o cargo de vice-procurador da República, o novo procurador escolheu José Bonifácio Andrada. O atual vice-procurador eleitoral Humberto Jacques de Medeiros, que atua no Tribunal Superior Eleitoral, vai continuar no cargo. O secretaria de Cooperação Internacional ficará com Hindemburgo Chateaubriand. O secretário-geral da PGR será Eittel Santiago.

Frase da semana

“Não há alinhamento no sentimento de submissão a nenhum dos Poderes, mas há evidentemente o respeito que deve reger as relações entre eles e suas instituições. Asseguro a Vossas Excelências que não faltarão independência e respeito a todas as opiniões”.

Augusto Aras, novo PGR, durante [sabatina](#) no Senado.

Entrevista da semana



Presidente do Superior Tribunal Militar, o ministro Marcus Vinícius de

Oliveira afirma que a lei que determinou a competência da Justiça Militar para julgar militares por mortes de civis veio para "oferecer a necessária segurança jurídica aos militares que, por ordem legal do presidente da República, eram destacados para cumprir operações de Garantia da Lei e da Ordem".

Em [entrevista](#) à **ConJur**, ele explica que a importância da Justiça Militar se justifica pela necessidade de manutenção dos pilares das Forças Armadas, a hierarquia e a disciplina



Abuso de autoridade

"Foi uma absoluta retaliação", sentenciou a juíza estadual Renata Gil, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) e candidata à presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) quando questionada sobre a derrubada dos vetos presidenciais na Lei de

Abuso de Autoridade.

"Então eu entendi que isso foi uma retaliação à ação de busca e apreensão no Senado e aos trabalhos da operação 'lava jato' que já vem sendo desenvolvidos há algum tempo", [afirmou](#) em entrevista à ConJur.



Pagamento de precatórios

Também foi [entrevistado](#) nesta semana o advogado Henrique Carvalho, do escritório Sarmiento Advogados Associados, pioneiro em assuntos dos precatórios do extinto Fundef. Para ele, em um grande equívoco judicial, a União tem impedido o pagamento de diversos precatórios sob o argumento de que os advogados não poderiam receber seus honorários posto que as verbas são vinculadas à educação.

"A União Federal perdeu a causa em todas as instâncias. Como forma de postergar o cumprimento de sua obrigação judicial, há 3 anos tem impedido o pagamento de diversos precatórios sob o argumento de que os advogados não poderiam receber seus honorários posto que as verbas são vinculadas à educação.

Ranking

Conjur

**2,8 milhões**número de visualizações
de página na ConJur**1,5 milhão**número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

Com 171,4 mil acessos, a [notícia mais lida](#) mostra a decisão da 1ª Turma

do Supremo que anulou habeas corpus concedido pelo ministro Marco Aurélio que impediu a execução da pena de um condenado em segunda instância.

A decisão atende a um pedido da PGR que apontou que a decisão monocrática contrariou entendimento majoritário do Supremo, que permitiu a prisão após a condenação em segunda instância. Para PGR, a decisão favorecia a impunidade.

Com 67,8 mil acessos, a [segunda notícia](#) mais lida informa que o Supremo começou a analisar, em julgamento virtual, a constitucionalidade da contribuição previdenciária devida por aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que permaneça em atividade ou a essa retorne.

As dez mais lidas

[1ª Turma do STF anula HC de Marco Aurélio para condenado em 2ª instância](#)

[Supremo analisa contribuição previdenciária devida por aposentado](#)

[Lei sancionada por Bolsonaro obriga cobrar imposto nos acordos trabalhistas](#)

[TRF-3 dá bronca em anarquista pacifista e o manda cumprir serviço militar](#)

[Bolsonaro sanciona MP que flexibiliza regras trabalhistas](#)

[Congresso derruba 18 vetos presidenciais da Lei de Abuso de Autoridade](#)

[Nem júri legitima execução antecipada da pena, decide Celso de Mello](#)

[Jorge Mussi nega pedido para suspender julgamento de apelação de Lula](#)

[Advogado é condenado pela OAB-PE por conceder "muitas entrevistas"](#)

[Ação contra Darlan e inércia com Moro são sinal de Estado de exceção, diz associação](#)

Manchetes da Semana

[Plenário do STF entende que é direito do réu que é delatado falar por último no processo](#)

[Juiz critica ambiguidade de Lei de Abuso de Autoridade ao negar pedido de penhora](#)

[Por 68 votos a 10, senadores aprovam Aras à frente da Procuradoria-Geral da República](#)

["281 dias de prisão provisória não são razoáveis", diz Aras ao criticar excessos](#)

[Atividade principal para cálculo de aposentadoria é a de maior salário, diz STJ](#)

[Congresso reage contra PF e derruba vetos de Bolsonaro à Lei de Abuso de Autoridade](#)

[Decisão de Barroso que autorizou busca da PF no Senado pode ir ao Plenário, diz Toffoli](#)

[Corte italiana nega extradição de advogado por má condição dos presídios brasileiros](#)

[Nem Tribunal do Júri legitima execução antecipada da pena, decide Celso de Mello](#)

[Lei reduz exigência de tempo mínimo de prática de advocacia para compor conselho](#)

[Marcus Oliveira: "Julgamento por morte de civis pela Justiça Militar garante segurança jurídica"](#)

[Processos no TCU pedem esclarecimentos sobre fundo bilionário que iria para Curitiba](#)

[Sem orçamento prévio, paciente não é obrigado a pagar por internação hospitalar](#)

Date Created

28/09/2019